TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UM DEBATE ENTRE CRISTO E MARX¹

*COSTA, Marcos Sanches da*².

Resumo

A Igreja Católica é uma Instituição que, desde a sua chegada ao Brasil, esteve ligada as classes dominantes. No entanto, também contou com membros eclesiásticos e leigos que nem sempre coadunavam com a opção elitista da Igreja e buscou defender os interesses de outros grupos. Nas décadas de 1970 e 1980, alguns membros da Igreja, conhecidos como a ala progressista da Instituição, a partir de mudanças socioeconômicas, novas teologias e novas práticas, passaram a entender como missão a opção preferencial pelos pobres. O artigo se centrará no debate desse período em relação à Teologia da Libertação, partindo da análise de artigos de jornais do acervo do IAJES (Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor) do Núcleo de Documentação Honório de Souza Carneiro da UFMS/CPTL. Propõe também, analisar escritos de teólogos e historiadores que se dedicaram à temática, na tentativa de responder a inter-relação do cristianismo e do marxismo dentro da Teologia da Libertação.

Palavras-Chave (3): Cristianismo; Marxismo; Igreja católica.

A Igreja no Brasil

A Igreja Católica sempre esteve presente na história do Brasil, desde a chegada junto aos portugueses até as discussões atuais. No período da América Portuguesa, a Igreja fez parte dos colonizadores com o intuito de propagar a fé cristã, catequizando os indígenas ou mesmo justificando a escravidão dos negros, na tentativa de “civilizar” esses povos.

A igreja possui uma hierarquia de objetivos que abrange desde o seu objetivo máximo (salvar as pessoas e ensinar sua mensagem religiosa) até as preocupações instrumentais. Objetivos tais como o de expansão institucional, posição financeira sólida, influência sobre o Estado ou a elite são objetivos instrumentais que a Igreja não tem que necessariamente adotar. (MAINWARING, 2004, p.18)

Mas a Igreja em toda a sua história nunca foi uma só, ou como ressalta Mainwaring (2004), “a maior parte das análises institucionais subestima os conflitos

¹ Esse artigo é uma primeira versão de um dos capítulos do Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do professor Doutor Vitor Wagner Neto de Oliveira da UFMS/CPTL.

² Acadêmico do 6º semestre do curso de História, membro do grupo PET História “Conexões de Saberes” UFMS/CPTL.

entre as diferentes concepções dos objetivos institucionais, ou seja, os diferentes modelos de Igreja” (MAINWARING, 2004, p.18).

A ação da Igreja, todavia, nem sempre foi homogênea e em alguns momentos esteve presente na vida da população pobre, por vezes na figura de algum membro eclesiástico ou leigo. Essa aproximação com os pobres favoreceu, em partes, ao desenvolvimento de uma Igreja popular, com características próprias, que iria contrariar os interesses da alta hierarquia da Igreja, provocando questionamentos em relação aos métodos da Instituição ou até mesmo associação a outras crenças e costumes.

A divergência a ser analisada nesse artigo será entre os progressistas, defensores da Teologia da Libertação, e os tradicionais, que reagiram às transformações propostas pelos primeiros para manter a ordem eclesiástica e dos dogmas da Igreja Católica. A divergência em questão será levantada a partir de artigos de jornais dos anos de 1985 e 1986. Esse embate se deu entre bispos, freis e cardeais, brasileiros ou de outras nacionalidades, no momento de realização do Sínodo dos Bispos, em que se colocavam em discussão as contribuições do Concílio Vaticano II e, em consequência disto, a Teologia da Libertação.

Para prosseguirmos nessa discussão é necessário historicizar a Teologia da Libertação e o que ela significava para a Igreja na década de 1970.

Teologia da Libertação e o contexto latino-americano

Uma série de fatores contribuiu para o surgimento de novos grupos ligados a Igreja, e a partir deles, uma nova ideologia. Segundo Mainwaring (2004, p.31) a mudança da Igreja no Brasil se dá “em função de dois tipos de fatores: mudanças na sociedade e na política brasileiras, e transformações na Igreja internacional”. Essas mudanças estariam relacionadas às modificações político-econômicas da Ditadura civil-militar, ao Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín.

Em um contexto de disputas ideológicas, capitalistas e socialistas, Estados Unidos e União Soviética (URSS), respectivamente, foi implantado no Brasil a Ditadura Militar. Depois de um período de crises, durante o conturbado governo de Jânio Quadros e João Goulart, Jango, os militares implantaram o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), focado na produção, abertura de mercado para o capital estrangeiro e investimentos em infra-estrutura. Esse período ficou conhecido como

“milagre econômico”, devido ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e crescimento econômico.

Em contraponto a esse desenvolvimento, houve uma intensa concentração da renda e aumento da pobreza. Esse período também ficou conhecido como “anos de chumbo” devido à instituição do AI-5, representando momento de intensificação da repressão aos opositores do regime.

Durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos humanos (MAINWARING, 2004, p.9).

A Igreja Católica, a partir do Concílio do Vaticano II e da Conferência de Medellín, passa a entender seus fiéis como “povo de Deus” e a pensar criticamente a justiça social. A Igreja propõe discutir os problemas sociais, políticos e econômicos sem deixar de vincular essas discussões aos dogmas católicos.

Conforme Sader (1988).

Na origem da crise da qual surge uma reorientação da Igreja Católica no Brasil, encontramos uma tomada de consciência de sua perda de influência entre a população mais pobre, sobretudo a partir dos anos 50, frente ao crescimento do pentecostalismo e da umbanda e, mesmo, do simples afastamento das práticas religiosas. Enquanto a instituição eclesial, comandada por sua hierarquia, permanecia um dos pilares da ordem, brotavam de seu interior iniciativas que iam num outro sentido (p.150).

A partir da *práxis* de alguns grupos ligados a Igreja “influenciada por reflexões endógenas de profundidade histórica, social, econômica, política e cultural, produzidas por intelectuais latino-americanos” (OLIVEIRA, 2006, p. 52), surge uma ideologia, originalmente da América Latina, a que se chamou de Teologia da Libertação. Diversos organismos populares farão, na prática, a aproximação da Igreja com as comunidades populares. A Comunidade Eclesial de Base (CEBs) é um desses organismos criados a partir de motivações religiosas (missas, grupos de jovens, estudos bíblicos, etc.) e sociais passando a discutir os problemas que afligiam a população nos bairros, como a falta de assistência à saúde, transporte, saneamento básico e emprego. Em reuniões que agrupavam entre 30 e 200 pessoas, dependendo da cidade ou bairro onde atuavam, utilizava-se de estratégias de Educação Popular, baseadas nas ideias do educador Paulo Freire e do Movimento de Educação de Base, na intenção de mobilizar as classes populares a lutarem por uma transformação social. Era a união evidente do religioso e do político com bases populares.

Outra característica comum das CEBs no Brasil foi a participação maciça das mulheres e as associações de Movimentos de Mulheres, Grupo de Mães, entre outros. Foi importante a presença das mulheres nesses movimentos religiosos e depois nos movimentos populares. Cabe salientar que em sua maioria os membros leigos das CEBs pertenciam às classes populares e, ainda que existisse uma hierarquia dentro desses grupos, esses agentes ajudavam tanto nas tomadas de decisões quanto no desenvolvimento das ações:

Eles foram evidentemente estimulados pelas conclusões do Concílio Vaticano II, que, ao falar da Igreja como “povo de Deus”, referia-se à participação ativa de grupos comunitários, através da qual os leigos deixariam de ser meros “fregueses” ou presentes passivos. A crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade. Os grupos cristãos que assim agiram encontraram-se com profundas e difusas aspirações presentes na sociedade, às quais faltavam formas para ganhar corpo. Eles voltavam a apontar um caminho pelo qual a Igreja poderia recuperar a influência perdida (SADER, 1988, p.151).

A partir da reflexão sobre a prática desses grupos, associada às discussões sobre os novos rumos da Igreja, se chega à Teologia da Libertação. Essa ideologia fundamentaria a *práxis* dos diversos movimentos populares que surgiram na década de 1970 lutando pela libertação dos oprimidos e por justiça social sob os resguardos da fé.

Parte da Igreja não aceitava as motivações políticas e outra parte se utilizava do Evangelho para defender seus discursos políticos. Debate que perpassou toda a hierarquia da Igreja, chegando à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se encontrava em meio a essas discussões.

Para compreendermos melhor esse debate analisaremos os discursos progressistas e conservadores nos artigos de jornais, levando em consideração a conjuntura política nacional e internacional, a Ditadura Militar no Brasil e a bipolarização político-econômica do mundo entre Estados Unidos, capitalista, e União Soviética, socialista.

Cristo e Marx: debates teológicos nos jornais do Brasil

O Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) foi uma organização social ligada à Igreja Católica e às Comunidades Eclesiais de Base, que atuava junto à população de Andradina –

SP, inicialmente de maneira assistencialista, e mais tarde, de forma mais politizada e combativa. Estava entre suas atividades a organização de movimentos populares e programas de educação popular tendo como base ideológica a Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2006, p. 51). Essa entidade teve seu auge na década de 1980, período em que contou com subsídios de organizações internacionais o que permitiu montar infraestrutura material para atuação na região.

As contradições internas com o advento do Papa João Paulo II, como o surgimento da Renovação Carismática Católica que passou a pregar uma luta espiritual ao contrário da luta social, e as mudanças estruturais na sociedade da última década do século XX, também contribuíram para o agravamento da crise que fez com que o IAJES encerrasse suas atividades entre os anos de 1995 e 1996. Os bens materiais do Instituto foram confiscados, a documentação deste foi armazenada de forma precária em um barracão, posteriormente realocada no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

Depois de um processo de limpeza e realocação desse material, os documentos passaram a ser organizados com o objetivo de permitir a consulta por parte dos pesquisadores. Esse processo de organização teve seu início no ano de 2006, contando com o trabalho voluntário de alguns antigos membros do IAJES e universitários, posteriormente o trabalho foi realizado por acadêmicos.

O Instituto, entre outras atividades, possuía um centro de documentação que reunia variedade expressiva de documentos. Em meio a 60 metros lineares de manuscritos, livros editados, documentos datilografados, digitados, impressos, mimeografados, jornais, revistas, correspondências, fotografias, slides, filmes e fitas de áudio, diversos temas de pesquisas poderiam ser levantados. Nos recortes de jornais alguns artigos chamaram a atenção, principalmente por seus títulos. Ao observar as palavras Cristo e Marx na mesma frase causou de início um estranhamento e depois uma curiosidade sobre a discussão ali empreendida. O assunto central era a Teologia da Libertação e seu discurso político sendo defendida ou questionada por membros da alta hierarquia da Igreja ou por leigos em geral.

No período analisado, anos de 1985 e 1986, a Teologia da Libertação era combatida por parte dos membros da Igreja que tentavam silenciar os teólogos progressistas como os brasileiros Leonardo Boff e Frei Betto: “Boff recolheu-se ao silêncio a que foi condenado pelo Vaticano, enquanto frei Betto ascendeu ao estrelato,

com seu livro *Fidel e a Religião. Conversações com frei Betto*³". Com declarações que afirmam com toda a clareza a união dos ideais religiosos cristãos e políticos marxistas, Frei Betto defendia a convivência das duas ideologias. "Cristãos e marxistas começam a perder o medo da convivência e, em Cuba, por exemplo, há mais condições para a prática do Cristianismo do que nos países que se dizem cristãos"⁴. Frei Betto defendia ainda que

Por mais paradoxal que pareça, em Cuba eu me sinto mais coerente com o Evangelho, porque ali se criou uma sociedade de cooperação, de colaboração, de espírito internacionalista, preservando, portanto todos os valores essenciais do Cristianismo num Estado socialista.⁵

A coerência do Evangelho com os ideais marxistas se daria a partir das práticas das classes populares em busca de sua liberdade e, em consequência desta, das transformações sociais. "O cristão assimila a seu modo a racionalidade marxista e a faz operativa em vista da colaboração que a fé pode dar à libertação dos oprimidos" (BOFF, 1987, p. 127).

A própria ideia de liberdade pregada por esses teólogos, só é melhor entendida quando analisada na perspectiva da revolução contida nos discursos socialistas, assim como destacou Sader (1988):

A noção de *libertação*, tal como aparece nas falas pastorais, pode ser talvez mais bem compreendida se a compararmos com a noção de *revolução* dos discursos socialistas e comunistas. Referidas à realidade social, as duas noções ocupam o mesmo lugar nas respectivas matrizes discursivas. Elas indicam um acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir dos ideais de justiça movidos pelo povo em ação. No que carregam de projeção de um recomeço radical, em que o "mundo é posto de ponta-cabeça", uma e outra têm características míticas. Mas, enquanto a ideia da revolução se apóia em acontecimentos empiricamente observados no passado e concretamente programados para o futuro (não importando aqui o grau de "irrealismo" que possa haver nas estratégias e programas revolucionários; importa que seus articuladores são obrigados a falar através de critérios do realismo político e das possibilidades históricas racionalmente avaliadas), a ideia da libertação dos discursos pastorais estabelece outro tipo de relação com a realidade (p.165).

Entende-se que a Teologia da Libertação transforma os embates espirituais em lutas sociais. É comum encontrar nos cadernos de formação popular do IAJES a associação de trechos bíblicos com as reivindicações dos diversos grupos populares.

³ *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 12/01/1986. Recorte de jornal selecionado pelo Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), presente no Núcleo de Documentação Histórico Honório de Souza Carneiro (NDH).

⁴ *Tribuna de Imprensa*, Rio de Janeiro, 20/01/1986. IAJES (NDH).

⁵ Idem.

Um exemplo é a associação da saída dos hebreus do Egito, que viviam sob a condição de escravos, e a luta pela terra⁶.

Um dos argumentos utilizados por Frei Betto em prol da Teologia da Libertação e sua posição política é a de que o socialismo abomina “o Deus do colonialismo ibérico, o Deus da escravidão, o Deus da opressão, o Deus do capital. Esses deuses são pura idolatria. Eu creio no Deus de Jesus”. E acrescenta:

O Deus de Jesus é um Deus que se encarna na História; um Deus que se fez homem no ventre de Maria e se fez classe social na carpintaria de José. Creio em Jesus como na revelação de um Deus que está comprometido com os pobres, um Deus que assume como uma boa-aventurança a sede de justiça dos pobres e dos oprimidos. Um Deus que entrou em choque com toda a classe opressora de seu tempo e que morreu como um preso político na cruz.⁷

Essa perspectiva enquanto ser social de Jesus, da sua ligação com os pobres e oprimidos e de sua morte como um preso político traz a tona a condição dos sujeitos engajados nos movimentos sociais. Essa visão aproxima o sujeito comum de Deus e associa os sofrimentos de Jesus ao das classes populares.

Enquanto Cristo prega e promete essa boa-nova para o homem ele anuncia uma autêntica revolução. Mas é só nesse preciso sentido que pode ser chamado de revolucionário como o violento ou o rebelde frente à estruturação político-social. Talvez a palavra mais adequada seria de Libertador da consciência oprimida pelo pecado e por toda sorte de alienações e Libertador da triste condição humana nas suas relações para com o mundo, para com o outro e para com Deus (BOFF, 1972, p. 260).

Embora existam muitos bispos e padres que compartilham da ideia de convivência entre cristianismo e marxismo, membros conservadores continuam com as críticas a esses ideais. O bispo auxiliar D. Karl Romell contestou essa tese de Frei Betto alegando que “eles terão de reavaliar o que eles, com toda a violência, procuram negar, que é a vocação espiritual do homem. O marxismo, na sua definição, se coloca como absolutamente inconciliável com uma igreja que tem uma mensagem espiritual”⁸.

Outra crítica, publicada no *Correio Braziliense*, vem do líder da Igreja Católica, o papa João Paulo II, que condenou os “graves “desvios” contidos em “certas teologias da libertação”, pois são “inaceitáveis” para quem quer viver em harmonia com a Igreja

⁶ *O camponês lê a Bíblia, o povo faz caminho, uma leitura latino-americana da Bíblia*, ano 1 – nº2 – 1988, cadernos do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), Belo Horizonte/ MG. IAJES (NDH).

⁷ *Tribuna de Imprensa*, Rio de Janeiro, 20/01/1986, IAJES (NDH).

⁸ *Tribuna de Imprensa*, Rio de Janeiro, 21/01/1986. IAJES (NDH).

Católica⁹”. A ideia de associação de líderes religiosos a líderes políticos, e ainda mais da união dessas ideologias, incomodava a alta hierarquia da Igreja.

Embora as mudanças da Igreja defendessem alguns interesses institucionais, elas implicavam outros problemas: conflito com o Estado e com as classes dominantes ou com os fiéis tradicionais, conflitos internos e até repressão contra os membros da Igreja(MAINWARING, 2004, p.20).

Analisando os artigos dos jornais, o que se encontra, além das divergências sobre a Teologia da Libertação, é a percepção de que o que incomodava a hierarquia da Igreja era essa proximidade dos ideais libertadores cristãos com os ideais revolucionários socialistas e comunistas, pois, segundo a análise do jornalista, apesar de o documento que sintetizou as discussões do Sínodo dos Bispos, não tratar especificamente da Teologia da Libertação,

O documento aborda temas como ecumenismo, a “opção preferencial pelos pobres”, a colegialidade das conferências episcopais (sugerindo um estudo sobre esta questão) e a elaboração de um “compêndio” ou “catecismo” de “toda a doutrina católica. Sobre a opção preferencial pelos pobres, o documento reiterou que não deve ser “exclusiva”, já que a “falta de liberdade e de bens espirituais” também é “uma forma de pobreza”. O parágrafo dedicado às comunidades de base destaca que, “se verdadeiramente vivem na unidade da Igreja”, são “verdadeiras expressões de comunhão e instrumento para construir uma comunhão mais profunda¹⁰”.

A Igreja, ainda que contestasse, havia sido modificada pelos ideais da Igreja Popular. A preocupação com os pobres e a aceitação das comunidades de base como meio de chegar às camadas mais pobres aparece ainda na fala do cardeal Dom Aloísio Lorscheider.

Esse compromisso com a justiça e a libertação será evangélico somente se for explicitado com o espírito da pobreza e da prestação de serviço, como Cristo, e não por ambição e desejo de poder. Para isto é necessário um equilíbrio entre as missões temporais e espirituais da Igreja, porque neste aspecto não pode haver soluções unilaterais¹¹.

Essa mudança é apontada por Mainwaring (2004), desde o surgimento dos movimentos de base influenciados pelo que o autor chamou de esquerda católica (1958-1964), principalmente na Juventude Universitária Católica (JUC), no Movimento de Educação de Base (MEB) e no método educacional de Paulo Freire. É a partir disso que

⁹*Correio Braziliense*, Brasília, 18/01/1986, IAJES (NDH).

¹⁰*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10/12/1985. IAJES (NDH).

¹¹*Zero Hora*, Porto Alegre, 28/11/1985. IAJES (NDH).

ocorre o desenvolvimento da Igreja Popular. A Teologia da Libertação surgiu posteriormente, após o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base:

Desde o início da década de 60, movimentos de base e movimentos leigos têm desempenhado papéis importantes na transformação da Igreja brasileira. Bem antes de surgir a teologia da libertação, movimentos leigos brasileiros e agentes pastorais progressistas já haviam feito uma reflexão sobre os principais temas que seriam sistematizados pela nova teologia e apresentado uma concepção de fé vinculada a posições políticas progressistas. Vários entre os mais famosos teólogos da libertação latino-americanos, inclusive Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, reconheceram que esses movimentos de base e os movimentos leigos tenham afetado suas reflexões teológicas. Posteriormente, após a repressão ter destruído os movimentos progressistas no início da década de 60 no Brasil, agentes pastorais continuaram inovando dentro das comunidades. As primeiras comunidades de base, as primeiras discussões sobre pedagogia entre as classes populares, o trabalho pioneiro com os índios e a maior parte das outras transformações de importância na Igreja brasileira tiveram início nas bases. Além disso, foram as ações e posições desenvolvidas por grupos leigos e pelos agentes pastorais na base que, de modo geral, após o golpe de 1964, motivaram a repressão contra a Igreja. Essa repressão foi um fator chave na transformação da instituição. (MAINWARING, 2004, p.28)

Dessa forma, a Igreja Católica passava por um processo de transformação que vinha desde a década de 1960, vivendo o debate constante entre o cristianismo e o marxismo, até mesmo pela proximidade dos seus ideais. O marxismo buscando uma sociedade igualitária e os progressistas católicos uma fraternidade igualitária, assim como afirmou Dom Pedro Casaldáliga:

E a humanidade deve ser, porque esta é a vontade de Deus, uma grande fraternidade. Eu acho, no entanto, que uma verdadeira fraternidade só pode ser igualitária. Uma igualdade fraterna, uma fraternidade igualitária. Isso é muito revolucionário mesmo. É o que o Evangelho é radicalmente revolucionário.¹²

Como observamos nas discussões dos artigos de jornais, fica evidente o antagonismo entre os conservadores e progressistas. Os debates em relação à Teologia da Libertação se seguiram até a perda de sua influência, tanto no meio político quanto no meio religioso. A Teologia da Libertação foi fortemente ligada aos ideais comunistas e acusada de reduzir a fé à política, ameaçando a unidade da instituição.

A Teologia da Libertação foi condenada e perseguida e com o passar dos anos perdeu apoio e espaço para os movimentos mais “espiritualizantes”, “sobretudo a Renovação Carismática Católica” em que “as missas passaram então a ser menos reflexivas e mais alegres, musicalizadas. Para essa nova Igreja, as lutas do povo devem ser as ‘guerras espirituais’ (OLIVEIRA, 2006, p.63)”.

¹²Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro, 20/01/1986.

Considerações finais

Esse artigo teve a proposta de fazer uma discussão inicial em torno do que foi e como foi interpretada a Teologia da Libertação. Essa ideologia esteve ligada a assuntos políticos e a ideologias socialistas e teve um grande alcance junto às camadas populares no Brasil.

Na continuidade do nosso estudo visamos compreender como se deu a propagação dos ideais libertadores dessa teologia entre os pobres e quais os métodos utilizados pelas organizações sociais para essa propagação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. Fé, teologia da libertação e compromisso político-partidário. In: Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (org), Cristãos: como fazer política. Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 121-130.

MAINWARING, Scott. Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980. (Mestrado em História) Maringá: Departamento de Documentação Histórica, UEM, 2006.

SADER, Éder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.